



Cidadania e desenvolvimento local

Daniel Roedel¹

Resenha

Obra:
**Cidadania e
Desenvolvimento Local**

Fernando Guilherme Tenório (Org.)
Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2007.

¹ Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/ FGV).

Os impactos, muitas vezes perversos, do processo de globalização de mercados, sob a ótica neoliberal, têm suscitado reflexões e proposições de alternativas que promovam o desenvolvimento em diversas dimensões, além da econômica. As dimensões social, cultural, ambiental, territorial e político-institucional se destacam dentro de uma perspectiva do denominado *desenvolvimento local*.

Tal perspectiva pressupõe a existência de um *espaço público*, termo identificado com o conceito de Habermas de *esfera pública*, a qual é definida como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões. Nela o processo de comunicação é exercido dentro de uma ampla liberdade e igualdade de direitos civis, políticos e sociais, e a reflexão e o debate produzem consensos a respeito de temas específicos, que são assumidos na prática por todos os envolvidos. É nesse espaço que se constroem alternativas que promovam a inclusão, o pluralismo, a igualdade participativa, a autonomia e a busca do bem comum.

O *espaço público* pressupõe a igualdade de direitos civis, políticos e sociais, a negociação e a busca do entendimento mútuo entre as partes envolvidas. Nele deve se identificar, compreender, problematizar e propor soluções aos problemas da sociedade, visando à definição de políticas públicas. Nesse espaço a sociedade civil organizada é protagonista do processo político de construção de uma nova lógica de desenvolvimento, juntamente com o poder público e a iniciativa privada. Ou seja, a orientação para o mercado e a visão tecnocrática do poder público deixam de ser os condutores únicos da definição de soluções.

Essa redefinição e redistribuição de papéis políticos fortalecem o exercício de uma *cidadania deliberativa* em oposição ao modelo tradicional de *democracia representativa*, que reforça as instâncias formais de decisão. Na *cidadania deliberativa* prevalece uma participação política cidadã, exercida pela sociedade civil, pelo poder público e pela iniciativa privada, buscando o bem da coletividade e não de indivíduos ou grupos.

Essas e outras reflexões e proposições estão presentes na obra *Cidadania e Desenvolvimento Local*, Ed. Unijuí-RS, de 2007, organizada pelo professor da EBAPE/FGV, Fernando Guilherme Tenório. É o resultado de um projeto de pesquisa que analisou a contribuição de práticas de gestão municipal para o desenvolvimento local e o fortalecimento da cidadania. Seu conteúdo é fundamental para todos aqueles que estudam, pesquisam e atuam na gestão pública ou privada, bem como dentro de arranjos produtivos e distritos industriais. Nesse caso, é uma oportunidade adicional de aprendizado e enriquecimento da gestão das governanças desses arranjos institucionais, e de exercitarem

uma prática dentro de uma perspectiva democrática e cidadã, condições fundamentais para a construção de novos modelos de desenvolvimento.

O destaque dado ao protagonismo da sociedade civil organizada fortalece também a atuação dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor, que encontram no desenvolvimento local cidadão, importante campo de atuação política e social. Orientar a gestão social por tais princípios pode fazer a diferença na transformação da realidade daqueles que “pagam a conta” de um processo, cada vez mais concentrador, e muitas vezes recebem a filantropia como resposta dessas organizações sociais.

Ademais, esse protagonismo recoloca a gestão e a técnica nos seus devidos lugares. São importantes meios e instrumentos de apoio ao processo político de construção de consensos e de tomada de decisão. Isto é, a técnica e os princípios de gestão são elementos subordinados ao campo político, construído no espaço público. Inverter os papéis é fazer ideologia que atende a uma visão particular da realidade local, jamais coletiva.

No caso específico da gestão, o alerta assume relevância maior devido ao sucesso que seus princípios e modelos alcançaram no mundo e particularmente no Brasil desde os anos 1990. A gestão (empresarial) foi vendida (e comprada) como caminho fácil para a excelência em empresas privadas, no poder público e no terceiro setor, superando qualquer abordagem política, sociológica etc. para o desenvolvimento de soluções nesses ambientes.

Ao ir além da visão econômica centrada exclusivamente no mercado ou na tecnocracia do poder público, a obra fortalece os atores e instituições locais que, interagindo, integrando e cooperando constroem novos consensos que valorizam o local sem perder de vista o global e suas interveniências no cotidiano. Desse modo evita-se a endogenia, deslize fatal para um processo crítico que se proponha a produzir resultados que transformem a realidade.

A publicação está dividida em duas partes. Na primeira, são apresentados os pressupostos teóricos de *Cidadania, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Local com Cidadania, além do Método da Pesquisa*. A segunda parte é constituída do trabalho de campo. São apresentados os resultados das pesquisas realizadas, como etapas da dissertação de diversos mestrados, no agreste meridional de Pernambuco, região sul de Minas Gerais, centro-norte do Estado do Rio de Janeiro, Bacia do Rio Itabapoana (RJ), Lençóis Maranhenses (MA), região do Médio Alto Uruguai (RS), as relações interinstitucionais para o desenvolvimento local no município Til Til, no Chile, e as aprendizagens a partir da Espanha-Catalunha, além de uma conclusão geral.

Considerando o atual momento de crise mundial na globalização dos mercados, *Cidadania e Desenvolvimento Local* apresenta-se como uma obra ainda mais oportuna, pela possibilidade que oferece de reflexão crítica e proposição de alternativas que equilibrem a sempre conturbada relação entre a sociedade civil, o poder público e o mercado. E essa participação política cidadã é um grande desafio não somente na ordem mundial, como particularmente no Brasil, acostumado a decisões baseadas numa orientação autoritária, num exercício de cidadania bastante precário, em que a “delegação para cima” insiste em predominar. Logo, resgatar a res publica, na qual todos os cidadãos têm o direito e o dever de contribuir para o bem-estar de sua comunidade, conforme citado na conclusão geral do livro, pode ser o caminho para a construção de um novo desenvolvimento, que valorize o local e garanta a sustentabilidade além dos mercados.